



## Esforço duplo para atualizar proteção aos consumidores

Cristina Gallo/Senado Federal



Presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg fala aos juristas que formam comissão criada pelo Senado para atualizar Código de Defesa do Consumidor

Comissão permanente do Senado e grupo de juristas vão atuar juntos para modernizar código

**A** CMA vai trabalhar em sintonia com a comissão de juristas criada em dezembro passado pelo Senado para propor uma atualização do Código de Defesa do Consumidor. O senador Rodrigo Rollemberg, presidente da CMA, pediu ontem especial atenção ao comércio eletrônico e ao superendividamento. **3**

especial  
**Cidadania**

Como se defender quando os serviços públicos falham **8**

### Comissão de Reforma Política inicia os trabalhos hoje

O financiamento público das campanhas eleitorais é um dos 11 temas que estarão em pauta durante os 45 dias de

que a Comissão de Reforma Política dispõe para concluir o seu trabalho. O assunto divide a opinião dos senadores. **7**

Plenário deve analisar MP que cria Autoridade Olímpica **5**

Reajuste do mínimo por decreto gera ação no STF **3**

### Jornal do Senado circula hoje em papel reciclado

A edição de hoje do **Jornal do Senado** circula em papel reciclado. É o início de um projeto idealizado pela

Presidência, Primeira-Secretaria e Secretaria Especial de Comunicação Social. Não há custo extra para a Casa.



Claudia Lyra, Fernando Cesar Mesquita e Doris Peixoto participam do seminário de comunicação legislativa

### Orientações para servir melhor ao cidadão

Os detalhes sobre o processo legislativo e o funcionamento dos veículos e serviços de comunicação foram apresentados ontem por gestores do Senado a chefes de

gabinete e assessores de imprensa dos senadores, durante o primeiro de uma série de encontros destinados a oferecer uma visão geral das atividades executadas na Casa. **4**

J. Freitas/Senado Federal

Em sessão solene requerida por Vanessa Grazziotin, Congresso comemora o Dia Internacional da Mulher e concede diploma a cinco cidadãs

# Parlamentares entregam Prêmio Bertha Lutz às vencedoras de 2010

EM SESSÃO SOLENE hoje, às 10h, o Congresso Nacional comemora o Dia Internacional da Mulher (celebrado em 8 de março) e entrega o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2010, do Senado, às cinco vencedoras dessa edição do prêmio.

Serão diplomadas Maria Liége Santos, Chloris Casagran-

de, Maria José da Silva, Maria Ruth Barreto e Carmen Helena Foro.

Maria Liége participa da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Chloris Casagrande é pedagoga, escritora e atualmente vice-presidente da Academia Paranaense de Letras.

Maria José da Silva criou um

projeto de coleta seletiva e educação ambiental e incentiva a criação de cooperativas de mulheres catadoras de material reciclável, no Piauí.

A psicopedagoga Maria Ruth Barreto foi a primeira presa política do Ceará durante o regime militar. Carmen Helena Foro trabalha como coordenadora de movimentos sindicais.

A sessão de homenagem às mulheres foi requerida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também preside o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Segundo a senadora, é necessário "reverenciar as mulheres, em reconhecimento por sua fibra e coragem, por sua ternura e carinho e pela dedicação".



Divulgação/Senado Federal

## Paim lamenta morte de escritor e dois ex-parlamentares gaúchos

Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimentos de votos de pesar pelo falecimento de três gaúchos no último fim de semana: o escritor Moacyr Scliar, o ex-deputado Florenciano Paixão e o ex-senador Octávio Cardoso, marido da senadora Ana Amélia (PP-RS).

O senador se disse um privilegiado por ter convivido com eles. Scliar, médico sanitário e membro da Academia Brasileira de Letras, escreveu mais de 70

livros. Paim citou, entre suas obras, os romances *O ciclo das águas*, *O exército de um homem só* e *O centauro no jardim*.

Octávio Cardoso foi deputado estadual, federal e senador, e secretário de Economia do Rio Grande do Sul. Já Florenciano Paixão foi deputado federal, tendo sido o autor do projeto de lei do 13º salário, em 1962.

Paulo Paim também enfatizou a importância de se garantir uma política para



Waldemir Barreto/Senado Federal

Paulo Paim se disse um privilegiado por ter convivido com os três gaúchos

valorização do salário mínimo, conforme projeto do Poder Executivo aprovado na última quarta-feira pelo Senado.



Marido de Ana Amélia Lemos, Cardoso foi senador de 1983 a 1987

## Ex-senador Octávio Cardoso faleceu no último domingo

Morreu no domingo, em Brasília, o ex-senador Octávio Omar Cardoso, 80 anos, marido da senadora Ana Amélia (PP-RS). Ele estava internado devido a problemas cardíacos. O sepultamento ocorreu ontem, em Porto Alegre.

Cardoso nasceu em Rio Pardo (RS) em 1930 e formou-se em Direito pela UFRGS. Ocupou os cargos de promotor público da comarca de Rio Pardo, secretário de Economia no governo de Ildo Meneghetti no estado, diretor administrativo da Companhia Riograndense de Mineração e diretor da Caixa Econômica Federal. Exerceu os mandatos eletivos de vereador em Rio Pardo, entre 1950 e 1958; deputado estadual, entre 1963 e 1971; deputado federal, entre 1974 e 1975; e senador, de 1983 a 1987. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e o presidente da assembleia legislativa do estado, Adão Villaverde, compareceram ao velório.

## Sarney diz ter sentido muito a perda de amigo

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou a morte do médico e escritor Moacyr Scliar, ocorrida no domingo em decorrência de falência de múltiplos órgãos. Scliar tinha 73 anos e estava internado desde o início do ano no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, onde tentava se recuperar de um acidente vascular cerebral.

– Senti bastante. Eu não só tinha uma grande admiração por Scliar como também tinha uma boa relação pessoal com ele – disse Sarney.

Desde 2003, o autor ocupava a cadeira número 31 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Também membro da entidade, Sarney afirmou que o escritor era a "maior expressão contemporânea das letras gaúchas".

– Ele é um homem que escreveu mais de 70 livros. Todos os gêneros da literatura ele visitou: o romance, o conto, o ensaio – assinalou.



J. Freitas/ABR

Moacyr Scliar integrava a Academia Brasileira de Letras

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Duas MPs trancam a pauta

14h A pauta de votações está trancada por duas medidas provisórias: a MP 503/10, que ratifica a criação da Autoridade Pública Olímpica, e a MP 504/10, que amplia a atuação da Embrapa no exterior.

### Presidência Entrega do Diploma Mulher-Cidadã

10h O presidente do Senado, José Sarney, participa da comemoração pelo Dia Internacional da Mulher e da entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Às 11h, recebe a vice-governadora do Amapá, Doralice Nascimento de Souza, acompanhada da deputada federal Marcivanira. No plenário da Câmara, às 12h, participa da instalação de comissão destinada à elaboração de anteprojeto de reforma política. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CRE Embaixadores para Bélgica e África do Sul

9h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa as indicações de André Mattoso Maia para a embaixada na Bélgica e, cumulativamente, em Luxemburgo; e de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, na África do Sul, em Maurício e no Lesoto.

### Diploma Dia Internacional da Mulher e Bertha Lutz

10h O Senado realiza sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e premiar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

### CAE Empréstimo para o Bolsa Família

10h Mensagem da União para contratar empréstimo de US\$ 200 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado ao Bolsa Família, está entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

### CMA Venda de meia-entrada pela internet

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa projeto que prevê a venda de meia-entrada por empresas que fornecem ingressos para eventos culturais pela internet.

### Reforma Definição de prioridades

14h Reunião para definir temas prioritários que serão analisados pela Comissão de Reforma Política, que deverá elaborar anteprojeto com propostas de modernização e aperfeiçoamento do sistema político eleitoral.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário: Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Roberto Requião • Wilson Santiago • Gleisi Hoffmann

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

## Oposição vai ao STF contra reajuste por decreto

PSDB, DEM, PPS e PV devem ingressar hoje, no Supremo Tribunal Federal (STF), com ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei 12.382/11, que estabelece o novo salário mínimo em R\$ 545 e prevê que o Executivo definirá por decreto os valores a serem pagos de 2012 a 2015.

A ação dos partidos de oposição questiona a constitucionalidade do artigo 3º da lei, segundo o qual “os reajustes e aumentos fixados na forma do artigo 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto”.

Segundo a oposição, a lei contraria o artigo 7º da Constituição, que estabelece que os trabalhadores têm direito a salário mínimo “fixado em lei”. No dia seguinte à aprovação do projeto, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), observou que a ação, além de buscar proteger a Constituição, serviria para “defender a instituição Congresso, já que essa lei representa uma usurpação de uma função legislativa”. O governo diz que o valor do mínimo por decreto deverá obedecer a critérios de reajuste aprovados pelo Congresso: inflação do ano anterior mais taxa de aumento do PIB de dois anos antes.

– E se os números do PIB forem também modificados por critérios diferentes? – questionou o líder do DEM, José Agripino (RN).

## Sarney diz que decisão agora cabe ao Supremo

Cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir sobre a validade da lei que fixa o salário mínimo em R\$ 545 e regulamenta a política de valorização até 2015, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. A Lei 12.382/11, sancionada pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira, foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*.

Sarney mencionou que governo e oposição divergem em relação ao artigo que determina o reajuste do mínimo por meio de decreto presidencial. A oposição considera inconstitucional o reajuste por decreto e anunciou que vai ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no STF. Já o governo argumenta que a Constituição está sendo atendida, pois a lei estabelece a fórmula de reajuste, sendo que apenas o resultado do cálculo feito com base nessa fórmula será matéria do decreto presidencial.



Sarney comenta divergência entre governo e oposição sobre decreto

# Rolleberg defende integração com comissão que vai atualizar o CDC

Presidente da CMA, senador pede aos juristas encarregados de estudar a atualização do Código de Defesa do Consumidor que dediquem atenção especial ao comércio eletrônico e ao superendividamento dos brasileiros

O PRESIDENTE DA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), pediu que a regulamentação do comércio eletrônico e a questão do superendividamento das pessoas sejam discutidas em profundidade pela comissão de juristas que elabora o anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei 8.078/90).

O senador participou ontem de reunião desse colegiado e pediu que seus integrantes

examinem os projetos de lei que modificam o CDC, amplamente discutidos na CMA em 2010. Dirigindo-se ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, presidente da comissão de juristas, Rolleberg ressaltou a importância dos dois colegiados trabalharem de forma integrada, em benefício dos brasileiros.

– Tenho certeza de que nós promoveremos uma integração muito grande com essa comissão, apresentando propostas que sejam as melhores para a população, já que, com a me-

lhoria das condições de vida dos brasileiros, hoje podemos dizer que praticamente toda a população é consumidora e, portanto, a nossa responsabilidade é muito grande – disse o parlamentar.

Uma reunião conjunta foi sugerida pelo presidente da CMA para que os juristas apresentem o que já foi produzido pelo colegiado. A partir disso, informou Rolleberg, a intenção é promover audiências públicas para incentivar o debate de questões trabalhadas no âmbito das comissões e, assim, incorporar ao

anteprojeto contribuições que aprimorem o CDC.

Na avaliação de Herman Benjamin, a atualização do CDC deve garantir segurança aos consumidores sem, no entanto, reduzir as garantias previstas no código em vigor. O ministro do STJ destacou a importância da CMA ao tratar da defesa do consumidor, já que o assunto diz respeito a toda a sociedade.

A comissão de juristas foi criada em dezembro por José Sarney e deverá funcionar até junho.

Cristina Gallo/Senado Federal



Rodrigo Rolleberg (E) no encontro de ontem com os integrantes da comissão de atualização do Código de Defesa do Consumidor

## Aloysio: no governo Lula, bancos lucraram 550% mais que no FHC

“Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propagandeou que havia sido o pai dos pobres, os números evidenciam que, na verdade, ele foi a mãe dos ricos”, disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador citou estudo da consultoria Economática a respeito do lucro das maiores corporações do Brasil, segundo o qual, corrigida a inflação, nove bancos obtiveram lucro 550% maior no governo Lula do que na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Aloysio informou que, de acordo com a pesquisa, o lucro líquido dos nove bancos entre 2003 e 2010 chegou a R\$ 199,4 bilhões – valor corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) –, e que entre 1995 e 2002, as mesmas instituições – entre as quais Banco do Brasil, Itaú e Bradesco – lucraram R\$ 30,7 bilhões.

O senador disse ainda que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou em entrevista à *Folha de S. Paulo* que o governo Lula conseguiu beneficiar a população como um todo, apesar de ter priorizado os pobres em detrimento dos banqueiros. Aloysio utilizou o levantamento da Economática para contestar o ministro.

– Um governo que se dizia de esquerda e dos trabalhadores,



Aloysio cita pesquisa e diz que Lula decepcionou jovens militantes do PT

mas deu tanto lucro aos bancos. Nunca imaginei que o PT fosse um partido revolucionário ou que Lula quisesse acabar com o capitalismo. Ele era e é um sindicalista reformista. Um líder político moderadamente reformista. Tenho pena é do jovem militante do PT que dormiu sonhando com Che Guevara e acordou nos braços de Delúbio Soares – afirmou.

Em aparte, Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que os bancos só lucraram mais durante o governo Lula porque houve, no período, uma lucratividade maior no país. Segundo a senadora, somente em 2010 a Petrobras teve lucro de R\$ 35,1 bilhões. “Em todo o período FHC a empresa lucrou R\$ 74 bilhões”, comparou.

Waldemir Barreto/Senado Federal

## Para Dornelles, Selic perdeu eficácia no controle da inflação

A elevação da Selic – taxa de juros básica da dívida mobiliária federal – como medida de controle da inflação perdeu muito a eficácia na atual conjuntura econômica brasileira, advertiu ontem o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Segundo o senador, a taxa costuma ser elevada quando as autoridades monetárias identificam pressões inflacionárias, o que as leva a encarecer o crédito para reduzir a demanda na economia.

– Não há estudos conclusivos sobre o impacto da variação na taxa Selic sobre a demanda, e mesmo os que acreditam nessa correlação assumem que leva meses para que o efeito seja sentido – observou.

De acordo com Dornelles, a Selic não tem a menor influência sobre o crédito que mais cresceu após a crise global, concedido com recursos direcionados e não corrigido pela Selic. Este é o caso das operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, remuneradas pela taxa de juros de longo prazo; do crédito para habitação, concedido pela Caixa com recursos do FGTS, remunerado pela TR; e das operações de crédito rural do Banco do Brasil, corrigidas por taxas pré-fixadas.

Dornelles observou ainda que

a majoração da Selic é prejudicial ao governo. A cada ponto de aumento da taxa, o custo da dívida pública cresce em 0,28% do produto interno bruto (PIB), ou cerca de R\$ 10 bilhões.

O senador lembrou que uma das maiores fontes de pressão inflacionária em 2011 é o aumento dos preços de *commodities* no exterior e de alimentos no país.

– Cabe às autoridades responsáveis pela política monetária encontrar novas formas de combater a inflação, que não produzam tantos danos às contas públicas – disse. Para o senador, “as decisões tomadas no ano anterior no campo creditício e as de natureza fiscal recém-anunciadas por Dilma Rousseff talvez sejam mais apropriadas que o aumento da taxa Selic”.



É preciso encontrar novas formas de combater alta dos preços, diz senador

Cristina Gallo/Senado Federal



Cristhino Gallo/Senado Federal

Relatado por Crivella, proposta inclui possibilidade de remunerar dirigentes

## CCJ vota projeto que amplia as atividades das fundações

Texto em discussão inclui segurança alimentar, pesquisa, desenvolvimento sustentável e habitação de interesse social como novas áreas de atuação

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir amanhã a ampliação do rol de atividades das fundações e a possibilidade de remunerar o trabalho de seus dirigentes. Já aprovada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta (PLS 310/06) vai ser votada terminativamente pela CCJ.

O substitutivo apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) na CCJ difere ligeiramente do elaborado pelo mesmo parlamentar para a CAE. O relator manteve o teor de cinco emendas aprovadas por esse colegiado e pela CE, mas, por recomendação da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), cortou outras duas emendas acolhidas anteriormente.

Ao seguir essa orientação, Crivella optou por não mais permitir que bens insuficientes para constituir uma fundação sejam incorporados ao patrimônio de uma associação, ainda que sem fins lucrativos.

O argumento usado pela Profis, e endossado pelo relator na CCJ, é que essa transferência poderia favorecer o desvio de patrimônio em favor de associações civis que defendem interesses particulares, e não coletivos.

### Remuneração

Crivella também aproveitou o substitutivo da CCJ para ampliar um pouco mais o leque de atividades prestadas pelas fundações. Assim, incluiu segurança alimentar nutricional, promoção do desenvolvimento sustentável, pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias alternativas e habitação de interesse social ao lado das já contempladas assistência social, cultura, educação, saúde, entre outras.

Outra inovação do relator foi deslocar para a Lei 12.101/09, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social, emenda aprovada pela CAE e CE que possibilita a remuneração de diretores de fundações ou associações sem fins lucrativos de interesse social.

## Encontro mostra comunicação do Senado

O seminário Comunicação Legislativa: mídias e serviços, realizado ontem no Senado para explicar o funcionamento da Casa aos chefes de gabinete e assessores de imprensa dos senadores, é o primeiro de uma série programada para apresentar aos funcionários dos novos parlamentares como operam os órgãos da instituição.

A informação é da diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, que abriu o evento. Segundo ela, esses encontros, que sempre ocorrerão às segundas e sextas-feiras, servirão para que outros órgãos do Senado expliquem sua estrutura e o tipo de trabalho colocado à disposição dos senadores.

– Um senador que não pos-

sua condições de trabalho adequadas não terá provavelmente o mesmo desempenho que poderia ter. Esse é um dos nossos grandes desafios: prover um padrão de serviço, equipamentos e recursos humanos necessários ao desempenho do mandato parlamentar – afirmou a diretora-geral.

Ontem, o foco foi o trabalho da Secretaria-Geral da Mesa e da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs). O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, avaliou que as informações iam “ajudar muito o trabalho dos senadores”.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, falou sobre a estrutura do órgão que dirige, responsável pela organização

das atividades legislativas, como a tramitação de projetos, e pelo assessoramento direto não só à Mesa do Senado, mas também à Mesa do Congresso Nacional.

Em seguida, os diretores dos veículos de Comunicação da Casa e das demais secretarias que integram a Secs explicaram o funcionamento de suas áreas dando ênfase para as formas como os gabinetes dos senadores podem utilizar esses serviços para melhorar a comunicação com seus diferentes públicos.

Cada participante recebeu um *Guia do parlamentar*, sobre o funcionamento das principais secretarias, e o *Guia de produtos e serviços da TV Senado*.



J. Freitas/Senado Federal

Ana Lucia Novelli, diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião, fala durante o seminário de comunicação legislativa

## Mozarildo apoia “pente-fino” em proposta sobre mídia

Ao comentar reportagem de *O Estado de S. Paulo* sob o título “Dilma pede pente-fino no projeto de Franklin Martins que regula mídia”, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que ficou muito feliz ao ler a declaração da presidente Dilma Rousseff.

– Nós estamos assistindo, já há vários dias, às sucessivas revoltas populares em países cujo controle da imprensa, cuja censura realmente eram muito fortes, como no caso do Egito, e, agora, da Líbia, passando pela Tunísia. E que esses regimes, que já estão durando décadas, realmente só estão ruindo porque, mesmo que de

forma precária, a liberdade de informação está se processando – observou.

Mozarildo ressaltou que o Brasil ainda tem a lembrança da censura imposta pela ditadura militar. Graças justamente à resistência de setores da imprensa, que ousaram afrontar o regime, foi possível chegar à democracia atual, disse.

– Fico feliz de ver que esses sinais claramente dados pela presidente mostram que estamos caminhando para o aperfeiçoamento da nossa democracia, que vem se consolidando há algumas décadas, mas que precisa sim ser cuidada. Se descuidarmos, se per-



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo: controle pode abrir porta para volta de regimes de exceção

mitirmos certas manobras que podem amanhã, sob algumas alegações, permitir que seja exercida a censura, o controle sobre aqueles que se opõem a determinado governo que esteja no poder, estaremos sim abrindo portas para a volta de regimes de exceção.

# Mais

# DEMOCRACIA

Transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões . Alô Senado . Argumento Em Discussão . Jornal do Senado . Repórter Senado . É Lei . Senado Aprova

15

## PEC fixa prazo para indicação de ministros

Nova proposta de emenda constitucional (PEC 4/11) fixa prazo máximo de 20 dias para que o presidente da República indique autoridades judiciárias para postos vagos. A ideia da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) é evitar que posições

relevantes e estratégicas no Judiciário permaneçam vagas por longo tempo, com prejuízo para o desempenho das cortes judiciais e atraso em decisões importantes para a sociedade.

A proposta já está na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) aguardando indicação de relator.

A Constituição hoje não estipula prazo para que as vagas sejam preenchidas. O limite deverá valer, por exemplo, para a escolha de ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF),

Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Superior Tribunal Militar (STM). O mesmo tempo deverá ser observado para as indicações de desembargadores para o Tribunal Regional Federal (TRF) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

## Gleisi destaca integração entre Brasil e Paraguai

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) contou ao Plenário ontem sua participação, na semana passada, na reunião "Brasil-Paraguai: Caminhos para maior integração", em Ciudad del Este, no Paraguai. O encontro discutiu temas como políticas de integração regional, cidadania, investimentos agrícolas e controle migratório.

– O governo brasileiro tem interesse em aprimorar programas já existentes e fazer novos investimentos com recursos específicos para a triplíce fronteira – afirmou.

Um dos projetos em andamento é o Grupo de Trabalho Saúde na Fronteira, desenvolvido pela empresa Itaipu Binacional em conjunto com os ministérios da Saúde brasileiro e paraguaio. Esse programa envolve atualmente 31 municípios do Brasil, sete do Paraguai e mais de 1 milhão de atendidos.

– A ideia é que a gente tenha um investimento maior na saúde de fronteira. O sistema tem sido bem sucedido com resultados positivos em ações como a vacinação conjunta e o combate à dengue – disse a senadora.



Gleisi participou de encontro sobre o tema em Ciudad del Este



Seleção brasileira de vôlei recebe medalhas de ouro em 2008: APO coordenará ações do governo para Jogos Olímpicos de 2016

## MP da Autoridade Olímpica deve ser votada hoje

Plenário também pode analisar a medida que permite a atuação da Embrapa no exterior, por meio de escritórios de representação. Ambas trancam a pauta

O PLENÁRIO DEVE votar duas medidas provisórias cujos prazos de vigência, já prorrogados, vencem hoje: a MP 504/10, que autoriza o governo federal a criar escritórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior; e o PLV 2/11 (conversão da MP 503/10), que ratifica o protocolo de criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), destinada a coordenar as ações governamentais para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

O PLV 2/11 tem Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator-revisor. O protocolo de criação da APO encaminhado pelo Executivo substitui o anterior, firmado entre a União e o Rio de Janeiro em 12 de maio de 2010, e diminuiu de 484 para 181 o número de cargos em comissão criados para a estrutura do órgão. Também foram retirados da MP original os dispositivos que mudariam as

regras das licitações para acelerar as obras de preparação dos Jogos Olímpicos. Esses dispositivos fazem parte de outra MP (510/10), que tramita na Câmara.

Já a MP 504/10 tem como relator-revisor o senador Lobão Filho (PMDB-MA). Com a medida, o Executivo pretende dar maior flexibilidade à Embrapa para a realização de intercâmbio de tecnologias.

### Ações da Petrobras

O Plenário também deverá votar o PLV 3/11, que autoriza o Tesouro Nacional a conceder empréstimo de até R\$ 30 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o pagamento das ações adquiridas em setembro de 2010 no processo de capitalização da Petrobras. Oriunda da MP 505/10, a proposta, cujo prazo de prorrogação vence no dia 6, tem como relator-revisor o senador Renan

Calheiros (PMDB-AL).

Já a MP 506/10, cuja prorrogação vence no dia 8 e tem Blairo Maggi (PR-MT) como relator-revisor, abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário no valor de R\$ 210 milhões, a serem usados no pagamento do benefício da garantia-safra a cerca de 595 mil agricultores familiares do semiárido.

Deve ser votado também o PLC 104/08, que dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz. Pode ainda ser analisado em Plenário o PLC 166/08, que permite acesso às informações sobre obras de órgãos públicos com valor didático aos alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura. A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), é favorável ao substitutivo oferecido ao projeto pela Comissão de Educação.

## Requião aponta "absurdos" no projeto aprovado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que considera absurdo o que propõe o projeto de lei de conversão (PLV 2/11) que cria a Autoridade Pública Olímpica, aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada. Requião criticou pontos do projeto como o que garante à presidência da entidade "prerrogativas das quais o Kadafi teria inveja", já que não poderá ser demitido nem pelo presidente que o nomeou, a não ser por um flagrante delito.

Além disso, afirmou, o "presidente inamovível" poderá prorrogar os contratos das concessões comerciais dos aeroportos do Rio de Janeiro, sem consultar a Lei de Licitação ou qualquer restrição jurídica, e poderá fazê-lo por cinco anos, para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Outro artigo do PLV que recebeu críticas do parlamentar diz que a Autoridade Olímpica "poderá negociar com as concessionárias em atividade o adiantamento de receitas contratuais ou estabelecimento de novos valores para a exploração da infraestrutura aeroportuária e para a modernização dos estabelecimentos alcançados dentro do padrão exigido".



Requião: projeto torna "inamovível" presidente da Autoridade Olímpica

# Mais

# CULTURA

Conversa de Música . Conversa de Música/Concertos . Espaço Cultural  
Leituras . Caminho das Artes . Tela Brasil . Senado Documento

15

Requerimentos da senadora Vanessa Grazziotin e do senador Wellington Dias estão na pauta da primeira reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional neste ano. Presidente do colegiado, Benedito de Lira também quer aprovar debate sobre infraestrutura portuária

## CDR analisa propostas para criar subcomissões permanentes sobre a Amazônia e o Nordeste

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se amanhã, a partir das 9h30, para deliberar sobre a criação de duas subcomissões permanentes destinadas a debater a Amazônia e o desenvolvimento do Nordeste.

De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do requerimento que solicita a criação da subcomissão para a Amazônia, seu propósito é debater os problemas da região, em sua opinião, gigantescos como a própria floresta.

– A Amazônia é uma vasta região, rica em recursos naturais e possuidora da maior floresta tropical e do maior rio em volume de água do mundo. Torna-se adequada a criação desta subcomissão para tratar de forma

profunda e específica a Amazônia brasileira, em especial o desenvolvimento sustentável, bem como os investimentos estruturais para a melhoria das condições do turismo na região – diz ela.

O segundo requerimento a ser examinado pela CDR, do senador Wellington Dias (PT-PI), propõe a criação da subcomissão que irá tratar do desenvolvimento do Nordeste e objetiva criar um fórum para o debate e aperfeiçoamento dos projetos sobre o tema.

– Essa subcomissão deverá tratar das políticas para o desenvolvimento da região integrada diretamente com o Fórum dos Governadores do Nordeste e com as prioridades e interesses dos estados, municípios e União – afirma Wellington Dias.



Vanessa Grazziotin: região tem problemas gigantescos como a própria floresta



Wellington Dias: integração do Senado com o Fórum de Governadores do Nordeste

Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Na reunião de amanhã, o presidente da CDR, senador Benedito de Lira (PP-AL), também quer votar requerimento de sua autoria que solicita a realização de audiência pública para debater a melhoria da infraestrutura

portuária.

– Nosso objetivo é diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo, com a presença de representantes da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP),

da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar) e do Centro Nacional de Navegação (Centronave) – afirma Benedito de Lira.



Senador pede fortalecimento do Pronasci e melhores salários para policiais

### Santiago cobra atenção para a violência

Com base em dados divulgados pelo Ministério da Justiça no documento *Mapa da violência 2011 – os jovens do Brasil*, Wilson Santiago (PMDB-PB) chamou a atenção para o aumento significativo, nos últimos dez anos, das taxas de violência no Norte e no Nordeste, regiões em que alguns estados apresentavam números baixos, com padrões similares aos de países desenvolvidos.

O senador cobrou das autoridades o fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e uma campanha para a melhoria do salário dos policiais, especialmente em regiões mais pobres.

A Paraíba, segundo o senador, em 1998

tinha 13,5 homicídios para cada 100 mil habitantes e chegou em 2010 com 27,3 para cada 100 mil habitantes.

– A capital, João Pessoa, que, em 1998, ocupava o 11º lugar no ranking, com 38,4 mortes por 100 mil habitantes, passou a ocupar o 5º lugar em 2008, em relação aos demais estados da Federação, ganhando de cidades maiores como Salvador, Vitória, Recife e Maceió, e suplantando as maiores capitais deste país, São Paulo e Rio de Janeiro – disse.

Wilson Santiago destacou o aumento considerável da violência no interior. Na zona rural, observou, o medo de serem atingidos pela violência levou muitos proprietários a abandonarem suas casas.



Randolfe Rodrigues vê omissão no controle da doença no estado

### Randolfe alerta para o avanço da dengue

Ao comentar o aumento no número de casos de dengue registrados no seu estado, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que a situação da saúde pública no Amapá é alarmante. Somente em Macapá, foram registrados 501 casos na última semana, assinalou. Segundo o senador, autoridades da Secretaria Municipal de Saúde informaram que esses casos ainda não retratam a realidade.

– Essa epidemia de dengue registrada nos últimos anos tem atingido principalmente as cidades de Macapá e de Santana. O que fizemos para deter as epidemias? E o que aprendemos com elas?

Randolfe salientou que os vários fatores que concorrem para o surgimento da doença podem e devem ser controlados

pelos órgãos públicos, que precisam intensificar suas atividades na prevenção da doença.

O senador afirmou que casos de dengue têm sido relatados “de forma criminosa”, com omissão intencional e subnotificação. Ele relatou que as prefeituras não incentivam as notificações e a investigação de casos e o governo estadual, por questões de alinhamento político, não verifica. Disse ainda que o controle da dengue no Amapá é falso.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o quadro dramático do Amapá não é diferente dos demais estados da Amazônia. Para ele, o pior é a situação de caos das secretarias estaduais de saúde.

Agenda Econômica . Cidadania . Diplomacia . Ecosenado . Inclusão . Jornal do Senado  
Parlamento Brasil . Repórter Senado . Documentários . Histórias Contadas

15

Comissão de Reforma Política inicia seus trabalhos hoje. Forma de custeio da campanha eleitoral está entre os 11 temas a serem estudados

## Proposta pode alterar data de posse no Executivo

A posse do presidente da República e dos governadores após o Ano-Novo dificulta a participação dos brasileiros e de autoridades estrangeiras, sendo necessário definir uma nova data para realização das cerimônias. Esse foi o principal argumento para justificar a inclusão do dia da posse de chefes dos executivos estaduais e federal entre os temas da reforma política.

Com as solenidades concentradas no dia 1º de janeiro, conforme previsto nos artigos 28 e 82 da Constituição, os governadores que assumem seus mandatos dizem enfrentar problemas para chegar a Brasília a tempo de acompanhar a posse presidencial. A data hoje em vigor foi estabelecida para coincidir com o primeiro dia do exercício fiscal, mas é considerada inadequada.

Para decidir sobre o tema, a Comissão de Reforma Política examinará proposta de emenda à Constituição (PEC 1/11) que fixa o dia 10 de janeiro para a posse do presidente da República e o dia 5 para as posses dos governadores.

Primeiro signatário da PEC, o presidente do Senado, José Sarney, argumenta que a posse em 1º de janeiro obriga a população a “desviar sua atenção da comemoração de um dia universal para um ato político”. Além disso, “outros chefes de Estado ficam impossibilitados de comparecer, como ocorreu na posse da presidente Dilma Rousseff”.

Sarney diz que, “com os avanços ocorridos no campo da gestão das finanças públicas, inclusive com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, está relativizada a necessidade de fixar a posse no primeiro dia do exercício fiscal”.

Outra proposta (PEC 51/06) sobre o tema – fixando a posse presidencial em 2 de janeiro –, encabeçada pelo então senador Marco Maciel, chegou a ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas foi arquivada no fim da última legislatura.

# Financiamento público deve gerar polêmica na reforma política

O FINANCIAMENTO DAS campanhas eleitorais está entre os 11 temas a serem discutidos na Comissão de Reforma Política do Senado, que inicia seus trabalhos hoje, às 14h. Atualmente, existe no país um sistema misto, no qual recursos públicos se juntam a doações privadas. Apesar de vários parlamentares da base aliada e da oposição defenderem a substituição do modelo atual pelo financiamento exclusivamente público, o assunto deve gerar polêmica, pois não há consenso sobre como isso deveria ser feito – e nem se deve ou não ser feito.

Uma das propostas mais conhecidas é a que combina o financiamento público com o voto em lista fechada (no qual o eleitor vota na legenda, e não no candidato). O PT está entre os que a defendem, como lembra Humberto Costa (PE), líder do partido no Senado. Uma das justificativas é que, com a mudança, seria possível evitar a excessiva “personalização” das candidaturas e os altos custos das campanhas.

O senador Wellington Dias (PT-PI), integrante da Comissão de Reforma Política, acrescenta que a combinação entre financiamento público e lista fechada permitiria a qualquer candidato, “com ou sem dinheiro”, participar das eleições.

O argumento é que o sistema proporcional de lista aberta (atualmente utilizado na eleição de vereadores e deputados), além de estimular a “personalização” das campanhas, leva os candidatos a competirem não apenas com os concorrentes de outros partidos, mas também com os de sua própria legen-

da. Isso produziria uma busca acirrada por recursos e, como resultado, os eleitos ficariam comprometidos com os grupos e as empresas que os financiaram.

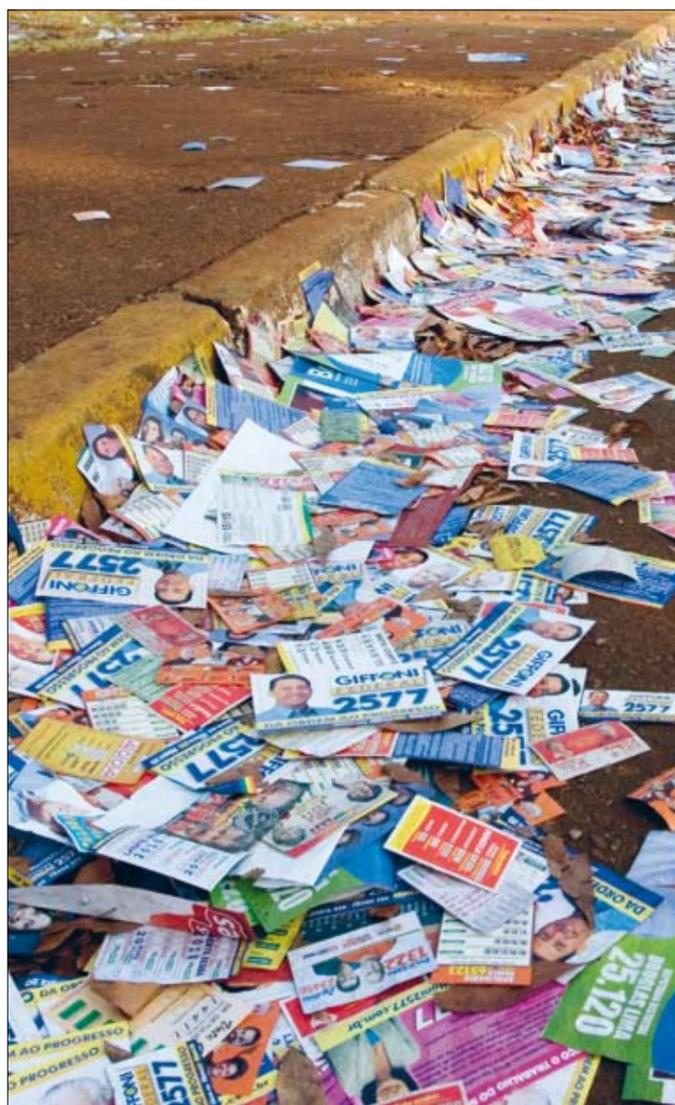
O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que apoia a mesma proposta, afirma que os principais escândalos com os partidos políticos estão vinculados ao financiamento privado, em que há uso do “caixa dois”.

Mas a combinação de financiamento público com lista fechada não é uma unanimidade. Jayme Campos (DEM-MT) e Pedro Taques (PDT-MT) estão entre os senadores que apoiam a primeira proposta, mas não a segunda: ambos defendem o voto distrital, uma das modalidades de eleição majoritária.

Para Jayme Campos, “o voto em lista fechada privilegia quem comanda as legendas nos estados”, pois, nesse modelo, é o partido que escolhe os candidatos. Esse tipo de alerta é comum entre os críticos de tal proposta: o próprio presidente da Comissão de Reforma Política, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), diz que “a lista fechada levaria à ditadura das cúpulas partidárias”.

Também integrante da comissão, Aécio Neves (PSDB-MG) não defende a lista fechada. Ele declarou que o financiamento público tem de estar entre os principais itens em discussão, mas ao lado do voto distrital misto e da cláusula de barreira. O voto distrital misto – modelo que mescla características dos sistemas proporcional e majoritário – é uma bandeira não apenas de Aécio, mas de todo o seu partido.

Existe uma divisão entre os que apoiam a medida com lista fechada ou com o voto distrital



Lixo durante as eleições de 2010: mudança para permitir “candidatos sem dinheiro”

## “Tendência centralizadora” dos partidos pode ser reforçada

Em estudo publicado em 2004, o consultor do Senado Fernando da Trindade avalia que o financiamento público, dependendo da forma como é proposto, pode ter resultados indesejáveis se “reforçar tendências centralizadoras dos partidos políticos”.

Analisando proposições que tramitavam no Congresso naquele ano, Fernando da Trindade observou que algumas delas previam o repasse dos recursos públicos – provenientes da Justiça Eleitoral – aos diretórios das instâncias superiores dos partidos (os diretórios nacionais) e estes, então, repassariam parte do dinheiro aos diretórios estaduais e municipais, forta-

lecendo ainda mais o poder dos dirigentes na escolha dos candidatos.

Segundo o consultor, “pode-se argumentar que isso já ocorre hoje, só que sem a legitimação expressa pela via do dinheiro público, que passaria a ser utilizado para reproduzir essa iniquidade”.

Há várias propostas no Congresso que preveem a implantação do financiamento exclusivamente público. Uma delas foi apresentada pelo governo federal, em fevereiro de 2009, como parte de um conjunto de proposições sobre reforma política. Esse projeto tramita na Câmara como PL 4.634/09 e ainda não foi examinado pelo Senado.

# Mais

# TV SENADO

A TV Senado, primeira televisão legislativa brasileira, foi criada em fevereiro de 1996 com o objetivo de tornar mais transparentes as atividades do Senado. Nesses quinze anos, ampliou a sua cobertura e hoje atua não apenas nos trabalhos legislativos, mas também na produção de conteúdos variados de interesse nacional. É por isso que a TV Senado é mais.

TV Senado 15 Anos. Mais democracia, mais cultura, mais Brasil.

# Defenda os seus direitos como consumidor

A prestação de serviços públicos básicos, como os de água, energia elétrica e telefone, é um dos principais motivos de reclamações dos cidadãos. E nem sempre os problemas que

levaram às queixas são resolvidos diretamente com as empresas responsáveis pelos serviços. Nesses casos, o cidadão deve se dirigir – pessoalmente, por telefone ou pela internet – às instituições encar-

regadas da fiscalização do fornecimento desses serviços. Esta edição do *Especial Cidadania* traz endereços e telefones por meio dos quais é possível chegar a uma solução.

## Como regra geral, primeiro reclame à companhia que presta os serviços

No caso da energia elétrica, depois de reclamar na companhia, você pode recorrer sucessivamente ao Conselho de Consumidores da instituição, à agência de serviços públicos do seu estado, se houver, ou à própria agência federal que gerencia o fornecimento de energia elétrica no país:

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)  
Superintendência de Mediação Administrativa  
Setorial ☒ SGAN, Quadra 603, módulo J • 1º andar  
• Brasília (DF) • CEP 70.830-030 •  
Reclamações: ☎ 144 • [www.aneel.gov.br/30.htm](http://www.aneel.gov.br/30.htm)

Já para reclamar de problemas nos serviços de saneamento, de limpeza urbana e de fornecimento de água, procure em primeiro lugar o serviço de atendimento ao consumidor da companhia.

Se o problema persistir, dirija-se à Secretaria de Saneamento e Limpeza Urbana ou ao órgão equivalente do município ou do estado.

Veja os endereços e telefones das companhias de água e esgoto estaduais na página [www.aesbe.org.br](http://www.aesbe.org.br).

## Antes de recorrer à Anatel, procure a operadora ou a agência de seu estado

Para telefonia fixa ou celular, reclame primeiro na operadora do serviço. Se não obtiver uma solução, recorra sucessivamente ao conselho de consumidores

da companhia, se houver; à agência de serviços públicos do estado, se houver; à unidade da Anatel no estado; e, em último caso, à sede da Anatel.

### ANATEL

Assessoria de Relações com os Usuários (ARU)

☒ SAUS, Quadra 6, bloco F, 2º andar •

CEP 70.070-940 • Brasília (DF) •

☎ 0800-332-001 e (61) 2312-2000

☎ [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

### UNIDADES REGIONAIS DA ANATEL

#### Acre

☒ Rua Isaura Parente, 990, Estação Experimental

• CEP 69.908-210 • Rio Branco

• ☎ (0xx68) 3212-0100

#### Alagoas

☒ Rua Antônio Gerbase, 58 • Farol • CEP 57.050-160

• Maceió • ☎ (0xx82) 3305-3122

#### Amapá

☒ Rua Tiradentes, 380 • Bairro Central •

CEP 68.906-380 • Macapá • ☎ (0xx96) 3312-3000

#### Amazonas

☒ Rua Borba, 698, Cachoeirinha • CEP 69.065-030 •

Manaus • ☎ (0xx92) 3621-6300

#### Bahia

☒ Rua Alceu Amoroso Lima, 822, Pituba •

CEP 41.820-770 • Salvador (BA) •

☎ (0xx71) 3616-5200/3616-5301

#### Ceará

☒ Avenida Senador Virgílio Távora, 2.500,

Dionísio Torres • CEP 60.170-251 • Fortaleza •

☎ (0xx85) 3304-3200

#### Distrito Federal (sede)

☒ SAUS, Quadra 6, blocos C, E, F e H •

CEP 70.070-940 • Brasília • ☎ (0xx61) 2312-2000

#### Espírito Santo

☒ Rua Abigail do Amaral Carneiro, 41, 5º andar,

Ed. Palácio Enseada, Enseada Suá • CEP 29.050-908 •

Vitória (ES) • ☎ (0xx27) 4009-6700

#### Goias

☒ Rua 13, 618, Setor Oeste • CEP 74.120-060 •

Goiania • ☎ (0xx62) 3236-9000

#### Maranhão

☒ Av. Kennedy, 150, Areinha • CEP 65.025-001 •

São Luís • ☎ (0xx98) 3214-6000

#### Mato Grosso

☒ Rua General Mauricio Cardoso, 54,

Bairro Duque de Caxias • CEP 78.043-316 • Cuiabá •

☎ (0xx65) 3316-8000

#### Mato Grosso do Sul

☒ Rua 13 de Junho, 1.233, Centro • CEP 79.002-430

• Campo Grande • ☎ (0xx67) 3322-7000

#### Minas Gerais

☒ Av. do Contorno, 5.919, do 7º ao 12º andar,

Edifício Melmor, Savassi • CEP 30.110-927 •

Belo Horizonte • ☎ (0xx31) 2101-6100

#### Pará

☒ Travessa Rosa Moreira, 476, Bairro do Telégrafo •

CEP 66.113-110 • Belém • ☎ (0xx91) 3323-2100

#### Paraíba

☒ Rua João Domingos, s/n, Bairro de Miramar •

CEP 58.043-010 • João Pessoa •

☎ (0xx83) 3214-4800

#### Paraná

☒ Rua Vicente Machado, 720, Batel •

CEP 80.420-011 • Curitiba • ☎ (0xx41) 3219-7000

#### Pernambuco

☒ Rua Joaquim Bandeira, 492, Boa Viagem •

CEP 51.160-290 • Recife • ☎ (0xx81) 3472-8300

#### Piauí

☒ Av. Frei Serafim, 2.786, Centro • CEP 64.001-020 •

Teresina • ☎ (0xx86) 4009-1500

#### Rio de Janeiro

☒ Praça XV de Novembro, 20, 9º e 10º andares,

Centro • CEP 20.010-010 • Rio de Janeiro •

☎ (0xx21) 2105-1850

#### Rio Grande do Norte

☒ Av. Rodrigues Alves, 1.187, Tirol •

CEP 59.020-200 • Natal • ☎ (0xx84) 4009-1500

#### Rio Grande do Sul

☒ Rua Princesa Isabel, 778, Santana •

CEP 90.620-000 • Porto Alegre (RS) •

☎ (0xx51) 3230-1900

#### Rondônia

☒ Rua Dom Pedro II, 1.241, Centro • CEP 78.900-010

• Porto Velho • ☎ (0xx69) 3217-0200

#### Roraima

☒ Rua Uailã, 529, Bairro 13 de Setembro •

CEP 69.308-450 • Boa Vista • ☎ (0xx95) 3621-2000

#### Santa Catarina

☒ Rua Saldanha Marinho, 205, Centro •

CEP 88.010-450 • Florianópolis •

☎ (0xx48) 3212-7000

#### São Paulo

☒ Rua Vergueiro, 3.073, Vila Mariana •

CEP 04.101-300 • São Paulo • ☎ (0xx11) 2104-8800

#### Sergipe

☒ Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 1.013, Centro •

CEP 49.010-410 • Aracaju • ☎ (0xx79) 4009-8800

#### Tocantins

☒ Quadra 104 Norte, Rua NE-07, Lote 25,

Plano Diretor Norte • CEP 77.006-026 • Palmas •

☎ (0xx63) 3219-6000

## Agências reguladoras estaduais têm a missão de monitorar e fiscalizar

Diversos estados instituíram agências reguladoras, encarregadas de normatizar, monitorar e fiscalizar a prestação

de serviços públicos. Reclamações contra empresas ou concessionárias podem ser dirigidas a essas agências.

### AC Ageac

☎ (0xx68) 3214-2600

☎ (0xx68) 3214-2602

☎ [agencia.reguladora@ac.gov.br](mailto:agencia.reguladora@ac.gov.br)

☎ [vanderlei.valente@ac.gov.br](mailto:vanderlei.valente@ac.gov.br)

☎ [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

### AL Arsal

☎ 0800-284-0429

☎ (0xx82) 3315-2520

☎ [www.arsal.al.gov.br](http://www.arsal.al.gov.br)

### AM Arsam

☎ 0800-280-8585

☎ (0xx92) 3234-8787

☎ [www.arsam.am.gov.br](http://www.arsam.am.gov.br)

### BA Agerba

☎ 0800-710-080

☎ [agerba.ouvidor@bahia.ba.gov.br](mailto:agerba.ouvidor@bahia.ba.gov.br)

### CE Arce

☎ 0800-853-838

☎ (0xx85) 3101-1042

☎ [arce@arce.ce.gov.br](mailto:arce@arce.ce.gov.br)

### DF Adasa

☎ (0xx61) 3961-4958

☎ [www.adasa.df.gov.br](http://www.adasa.df.gov.br)

### ES Aspe

☎ (0xx27) 3636-8500

☎ [aspe@aspe.es.gov.br](mailto:aspe@aspe.es.gov.br)

☎ [www.aspe.es.gov.br](http://www.aspe.es.gov.br)

### GO AGR

☎ 0800-704-3200

☎ (0xx62) 3226-6400

☎ [www.agr.go.gov.br](http://www.agr.go.gov.br)

### MS Agepan

☎ 0800-600-0506

☎ (0xx67) 3025-9500

☎ [agepanouvidoria@net.ms.gov.br](mailto:agepanouvidoria@net.ms.gov.br)

### MT Ager

☎ 0800-647-6464

☎ (0xx65) 3618-6100

☎ [www.ager.mt.gov.br](http://www.ager.mt.gov.br)

### PA Arcon

☎ (0xx91) 3213-3403

☎ (0xx91) 3241-1717

☎ [ouvidoria@arcon.pa.gov.br](mailto:ouvidoria@arcon.pa.gov.br)

☎ [www.arcon.pa.gov.br](http://www.arcon.pa.gov.br)

### PB ARPB

☎ 0800-281-6644

☎ (0xx83) 3218-6681

☎ [arpb@arpb.pb.gov.br](mailto:arpb@arpb.pb.gov.br)

### PE Arpe

☎ Energia elétrica

0800-281-3833

☎ Saneamento

0800-281-3844

☎ [www.arpe.pe.gov.br/canal\\_atendimento.php](http://www.arpe.pe.gov.br/canal_atendimento.php)

### RJ Agenersa

☎ (0xx21) 2332-6469

☎ [www.agenersa.rj.gov.br](http://www.agenersa.rj.gov.br)

☎ [sececx@agenersa.rj.gov.br](mailto:sececx@agenersa.rj.gov.br)

### RN Arsep

☎ 0800-084-1009

☎ [arsepouvidoria@rn.gov.br](mailto:arsepouvidoria@rn.gov.br)

### RS Agergs

☎ (0xx51) 3288-8800

☎ Ouvidoria

0800-979-0066

☎ [www.agergs.rs.gov.br](http://www.agergs.rs.gov.br)

☎ [agergs@agergs.rs.gov.br](mailto:agergs@agergs.rs.gov.br)

### SC Agesc

☎ (0xx48) 3229-5700

☎ Fax (0xx48) 3229-5713

☎ [www.agesc.sc.gov.br](http://www.agesc.sc.gov.br)

☎ Ouvidoria

0800-643-1551

### SP Arsesp

☎ Saneamento

0800-771-6883

☎ Gás canalizado

0800-770-0427

☎ Energia elétrica

0800-055-5591

☎ [www.arsesp.sp.gov.br](http://www.arsesp.sp.gov.br)

☎ [arsesp@sp.gov.br](mailto:arsesp@sp.gov.br)

### TO ATR

☎ Ouvidoria

0800-646-2343

☎ [www.to.gov.br/atr](http://www.to.gov.br/atr)

